



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Gabinete do Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo**



**EXAME PRÉVIO DE EDITAL**  
**TRIBUNAL PLENO - SESSÃO DE 31-07-2013 – MUNICIPAL**  
**JULGAMENTO**

=====

**Processo:** TC-00001196.989.13-1  
**Representante:** Mult Beef Comercial Ltda.  
**Subscritor:** José Geraldo Zana (Sócio Administrador)  
**Representada:** Prefeitura Municipal de Cajuru  
**Assunto:** Exame prévio do edital do pregão presencial nº 30/2013, do tipo menor preço unitário, que tem por finalidade o *“registro de preços para fornecimento de carnes, frios e embutidos”*.  
**Responsável:** Luís Estevão Pereira (Prefeito)  
**Advogado:** não há advogado cadastrado no e-TCESP

=====

**RELATÓRIO**

**1.1** Trata-se do **exame prévio do edital**<sup>1</sup> do pregão presencial nº 30/2013, do tipo menor preço unitário, elaborado pela **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJURU**, que tem por finalidade o *“registro de preços para fornecimento de carnes, frios e embutidos”*.

**1.2** Queixou-se a Representante **MULT BEEF COMERCIAL LTDA.** da previsão do item II, 01<sup>2</sup>, do Anexo I, segundo a qual somente se admite que o rótulo do produto tenha o registro no SIF (Serviço de Inspeção Federal) e não em outros, a exemplo do SISP (Sistema de Inspeção do Estado de São Paulo), o que contraria a Lei nº 7.889/89.

<sup>1</sup> Medida liminar concedida pelo E. Plenário, em sessão de 12-06-13.

<sup>2</sup> II - Das especificações mínimas dos Produtos:

01 - APRESUNTADO: Cozido, obtido de pernil ou outra parte do suíno sadio, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprios, isento de sujidades, parasitas e larvas, acondicionado em saco plástico transparente atóxico, com validade mínima de 2 meses a contar da data de entrega, suas condições deverão estar de acordo com a NTA-8 (Decreto 12.486 de 20/10/78) .

Rotulagem: o produto deverá ser rotulado de acordo com a legislação vigente.

No rótulo da embalagem deverão estar impressos de forma clara e indelével as seguintes informações:

1) Nome e endereço do abatedouro, constando obrigatoriamente registro no SIF, não sendo aceito outros registro, exemplo: SISP.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Gabinete do Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo**



**1.3** Regularmente notificada, a Administração limitou-se a apresentar cópia do edital.

**1.4** Instada a se manifestar, a ilustre **Assessoria Técnico-Jurídica**, após minudenciado exame, opinou pela procedência da impugnação.  
Dela se extrai, em síntese, que:

*O 'Sistema de Inspeção Federal - SIF' foi instituído por meio da Lei Federal nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950 e regulamentado pelo Decreto nº 30.691, de 29 de março de 1952, ambas as normas ainda em vigor.*

*Mais recentemente, a Lei nº 7.889, de 23 de novembro de 1989, estabeleceu em seu artigo 1º que:*

*"Art. 1º A prévia inspeção sanitária e industrial dos produtos de origem animal, de que trata a Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, é da competência da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nos termos do art. 23, inciso II, da Constituição."*

*Também consta daquela Lei Federal nº 1.283/50 que*

*Art. 4º São competentes para realizar a fiscalização de que trata esta Lei:*

- a) o Ministério da Agricultura, nos estabelecimentos mencionados nas alíneas a, b, c, d, e, e f, do art. 3º, que façam comércio interestadual ou internacional;*
- b) as Secretarias de Agricultura dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, nos estabelecimentos de que trata a alínea anterior que trata a alínea anterior que façam comércio intermunicipal;*
- c) as Secretarias ou Departamentos de Agricultura dos Municípios, nos estabelecimentos de que trata a alínea a desde artigo que façam apenas comércio municipal;*

*Desta forma, se os estabelecimentos ali mencionados não exercem comércio interestadual ou internacional, eles não são fiscalizados pelo SIF, mas apenas pelo SISF se localizados no Estado de São Paulo e se limitarem a exercer comércio intermunicipal.*

*No âmbito do Estado de São Paulo, a matéria é regulada pela Lei nº 8.208/92, que dispõe sobre a prévia inspeção sanitária dos produtos de origem animal, regulamentada pelo Decreto nº 36.964/93.*

*De tais normas, extrai-se que a fiscalização é exercida pela 'Coordenadoria de Defesa Agropecuária', órgão da administração pública direta do Governo do Estado de São Paulo, vinculada à Secretaria da Agricultura e Abastecimento e que constitui o sistema público executivo de defesa agropecuária em São Paulo.*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Gabinete do Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo**



*No exercício de sua competência, o Sr. Secretário de Agricultura e Abastecimento, editou a Resolução SAA n.º 24, de 01 agosto de 1994, objetivando baixar as normas técnicas de produção e classificação de produtos de origem animal e as relativas às atividades de fiscalização e inspeção dos produtos de origem animal.*

*De referida resolução extrai-se que:*

*Artigo 3º - O registro é providência própria do Serviço de Inspeção de São Paulo (SISP) que outorga ao estabelecimento, após cumpridas as exigências constantes do processo, o Título de Registro.”*

*Por outro lado, do rol de serviços daquela Coordenadoria, temos que:*

**REGISTRO DE RÓTULOS NO SERVIÇO DE INSPEÇÃO DE  
SÃO PAULO**

*Descrição do Serviço:*

*Para que um produto seja comercializado legalmente deverá ser identificados por um rótulo quanto à sua origem e composição. Os estabelecimentos produtores de produtos de origem animal registrados no SISP devem registrar seus produtos para lançá-los ao mercado. O registro do(s) produto(s) deve(m) ser(em) solicitado(s) após a autorização prévia do processo de registro de estabelecimento<sup>3</sup>.*

*Isto posto, em se tratando de regramento legal em vigor tendente a disciplinar a produção e comercialização de produtos de origem animal no Estado de São Paulo, não há fundamento legal para a não aceitação de produtos oriundos de estabelecimentos registrados apenas perante o SISP, donde irregular a limitação, ensejando indevida e indesejável restritividade à competitividade do certame, em contrariedade ao disposto no Art. 3º, § 1º, inciso I, primeira parte, da Lei nº 8.666/93.*

*Acrescente-se que, na verdade, ultrapassando os limites da inicial, seria de se determinar a aceitação de produtos registrados em qualquer órgão de fiscalização, nas três esferas da administração pública - federal, estadual ou municipal - nos termos previstos no art. 4º da Lei Federal nº 1.283/50, acima transcrito.”*

**1.5** O mesmo posicionamento foi adotado pelo DD. **Ministério Público de Contas** e pela D. **Secretaria-Diretoria Geral**, que indicou decisões precedentes (TC-000522.989.12-8 e TC-000769.989.12-0).

É o relatório.

**VOTO**



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Gabinete do Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo**



**2.1** Segundo bem demonstrou a ilustre ATJ, há competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios para realizar a fiscalização industrial e sanitária dos estabelecimentos que comercializam os produtos de origem animal.

A própria norma legal estabeleceu uma “*divisão de competências*” entre o Ministério da Agricultura, as Secretarias de Agricultura dos Estados e do Distrito Federal e as Secretarias Municipais, considerando o âmbito de atuação dos estabelecimentos sujeitos à fiscalização.

Daí se firmou a jurisprudência deste Tribunal, segundo a qual não há autorização legal para que se vede a oferta de produtos com registros no SISP (estadual) ou SIM (municipal).

Nestes termos, a decisão Plenária de 1º-02-12, nos autos do TC-1747/006/11, que ratificou decisão singular proferida pelo E. CONSELHEIRO RENATO MARTINS COSTA:

*Em juízo preliminar, destaquei haver precedentes que declararam inadequada a limitação do fornecimento de produtos de origem animal com selo exclusivo do Serviço de Inspeção Federal – SIF (cf. TC-041700/026/07, Exame Prévio, sessão plenária de 05/11/07, sob minha relatoria; TC-00069/006/09, Exame Prévio, sessão plenária de 27/05/09, relator eminente Conselheiro Fulvio Julião Biazzi; e TC-034981/026/10, Exame Prévio, sessão plenária de 10/11/10, igualmente sob minha relatoria).*

*No caso destes autos e na linha das manifestações convergentes dos órgãos oficiantes no processo, bem como diante do posicionamento sinalizado pela representada, entendo que a solução deverá ser exatamente a mesma, ou seja, no sentido de que o edital passe a admitir o fornecimento do objeto por empresas inscritas perante repartições públicas competentes, em nível federal, estadual ou até municipal.*

No mesmo sentido foi a decisão Plenária de 16-5-12, nos autos do TC-000522.989.12-8, Relator o E. CONSELHEIRO ROBSON MARINHO:

*“Ultrapassadas estas ponderações iniciais, pontuo ser desnecessárias maiores delongas quanto à reclamação contida na inicial, já que se mostra imprópria a exclusividade da exigência de selo exclusivo do Serviço de Inspeção Federal, sem que se admitam similares com o mesmo grau de validade, quer de âmbito estadual, quer seja da esfera municipal.*

*Caso permanecesse esse fator exclusivo, compreendo que refletiria negativamente e de forma significativa na amplitude do universo de*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**Gabinete do Conselheiro Sidney Estanislau Beraldo**



*potenciais competidores, porquanto afastaria da disputa aquelas empresas que se dedicam tão somente ao comércio intermunicipal ou municipal, as quais se sujeitam à fiscalização do governo estadual (SISP), ou do município (SIM), respectivamente.”*

**2.2** Posto isto, circunscrito estritamente à questão analisada, considero procedente a impugnação, determinando que a Administração adote as medidas corretivas pertinentes para dar cumprimento à lei, devendo também promover cuidadosa e ampla revisão de todos os demais itens relacionados.

A Administração deve atentar, depois, para a devida republicação do edital, nos termos reclamados pelo art. 21, § 4º, da Lei nº 8.666/93.

Concluídas as anotações de estilo, com a inserção na jurisprudência inclusive, encaminhem-se os autos ao órgão de fiscalização competente para subsidiar a instrução de eventual ajuste que venha a ser formalizado, retornando após as providências de mister.

Transitada em julgado a decisão, arquivem-se os autos eletronicamente.

Sala das Sessões, 31 de julho de 2013.

**SIDNEY ESTANISLAU BERALDO**  
**CONSELHEIRO**